

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0017623273/2023 - SAS.UAF

1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar – Casa Abrigo Viva Rosa, é uma unidade da Secretaria de Assistência Social – SAS, do Município de Joinville (SC), responsável por executar serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, de natureza provisória, para mulheres acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte, certificados por registro de Boletim de Ocorrência, visando proteger mulheres e prevenir a continuidade de situações de violência, proporcionar condições de segurança física e emocional, possibilitando a construção de projetos de vida e visando a superação da situação de violação de direitos.

Atualmente, a sede desta unidade encontra-se em más condições, sem estruturas adequadas de acessibilidade e com capacidade insuficiente para atender toda a demanda da Secretaria de Assistência Social.

O novo imóvel onde se pretende instalar o equipamento público pertence ao Município de Joinville e data do ano de 1984. Possui uma edificação de aproximadamente 343,42 m² e um terreno com área de aproximadamente 3.078,63 m². O imóvel necessita de uma reforma integral, tanto na parte edificada quanto nas áreas externas, devido à sua deterioração pelo longo período sem utilização.

Através da reforma da nova sede, a população contará com uma unidade acessível, com previsão para acolher as mulheres e seus filhos em espaços adequados e seguros. Além da reforma da edificação, está prevista a revitalização do espaço externo com paisagismo, playground, horta e estacionamento, visando proporcionar um melhor acolhimento.

Sendo assim, a Administração municipal necessita buscar soluções que possibilitem o atendimento da necessidade de melhorias no Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar

2 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

2.1 A obra envolve a reforma de um imóvel onde funcionará a Casa Abrigo Viva Rosa.

2.2 A obra contará com a reforma da Edificação de 343,42 m², além da área intervenção na área externa de 1424m² contemplando os espaços de playground, horta, estacionamento, paisagismo e iluminação.

2.3 No que se diz respeito ao demais quantitativos, as estimativas do itens são compatíveis com os quantitativos levantados no projetos e memorias executivos.

3 – ESTIMATIVA PRÉVIA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1 Os valores estimados para a contratação foram baseado com levantamento de materiais previstos nos projetos e memorias descritivos.

3.2 No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de aproximadamente R\$ 2.330.034,24. Para a definição deste valor foi utilizado o critério de comparação, conforme demonstrado abaixo, com outra contratação de objeto similar, neste caso a Reforma do CRAS do Jardim Paraíso, cujo termo de contrato nº 343/2023 foi assinado em 02/03/2023:

Contratação de empresa para Reforma do CRAS Jardim Paraíso:

Área da edificação à reformar: 316,72m²

Valor total do contrato: R\$ 518.237,70 (resultando em um valor por m² aproximado em: R\$ 1.636,26)

Contratação de empresa para Reforma do Casa Abrigo Viva Rosa:

Área da edificação à reformar e área externa com intervenções: 1424m²

Valor total estimado: R\$ 2.330.034,24 (resultando em um valor por m² aproximado em: R\$ 1.636,26)

4 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

4.1 A presente contratação, é um conjunto orgânico de serviços que, agregados, se completam e formam um todo com função definida e completa. Por motivo da interdependência das atividades, julgou-se inoportuno o parcelamento do objeto, sendo inviável administrativa e financeiramente seu parcelamento, além do controle e do gerenciamento dos referidos serviços, que sendo executado de modo global, diminuiria os riscos de execução errônea e ou perda de garantia dos serviços executados pelas empresas. Com isso, firma-se uma execução mais clara, rápida e menos onerosa para a administração pública. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

5 - DEMAIS ITENS DO ARTIGO 18, §1º DA LEI 14.133/2021

5.1 Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

5.1.1 A presente contratação está prevista no Plano de Contratações anual, para o exercício de 2024, conforme Documento de Formalização de Demanda SEI 0016411338 SAS.UAF, conforme disposto no art. 8º da Instrução Normativa 04/2022 (0015231284):

Art. 8º Caberá à Secretaria ou Autarquia requisitante, a confecção dos Documentos de Formalização de Demanda - DFD (no processo Suprimentos - Requisição de Compras), até a data limite de 1º de abril de cada ano, para fins de elaboração do Plano de Contratações Anual para o exercício subsequente, e encaminhar para a Unidade de Análise e Requisição de Compras (...)

5.2 Requisitos da contratação:

Trata-se de uma contratação de obra "Comum de Engenharia" para a reforma de edificação destinada a abrigar a futura sede da "Casa Abrigo Viva Rosa". Elencamos como critério de aceitabilidade o menor preço global, considerando o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário.

Para a concretização do projeto se faz necessário que a contratada possua expertise na área de construção civil, especialmente em estrutura de concreto armado, alvenaria, pintura, instalações elétricas, hidrossanitárias, etc. Para tanto, se faz necessário que a Contratada possua profissionais com experiência nas técnicas construtivas, sob pena de execução inadequada e/ou atraso na obra por sucessivos reparos e acidentes.

A presente obra é considerada por esta equipe técnica como uma obra "Comum de Engenharia" para a Administração, os quais devem ser executados com a necessária expertise e acuidade técnica com vistas a sua conclusão nos moldes de excelência que o empreendimento exige.

Para tanto, para que o objetivo seja alcançado, a equipe técnica entende que a contratação necessita de mecanismos que assegurem sua conclusão, sua solidez, o atendimento dos prazos, segurança no trabalho e requisitos técnicos, devendo, para tanto, se fazer uso dos instrumentos legais necessários e cabíveis, mas que não limitem a competitividade do certame.

Em que pese essa equipe técnica entenda como atividade preponderante para fins de

atestado de capacidade técnica e habilitação indicamos que sejam considerados os serviços referentes à construção civil - concreto (piso/alvenaria), nos termos do Art. 122 da Lei 14.133/2021, permite-se que a contratada subcontrate os serviços com vistas à conclusão da obra, observando as seguintes premissas:

Para a subcontratação de serviços, será permitido a subcontratação no limite de 30% do objeto, desde que não conflitante com as outras imposições, tais como: Climatização, SPDA, Telecomunicações, Sistemas Preventivos de Incêndio e Serviços de Paisagismo.

Ainda, para a obra essa equipe técnica entende como necessária a solicitação das seguintes garantias para a contratação:

a. garantia adicional para o caso do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021;

b. garantia nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021, cujo percentual indicado é de 5%.

Práticas de sustentabilidade

Os serviços e execuções deverão atender as legislações e normas ambientais aplicáveis.

Padrões mínimos de qualidade e desempenho

A qualidade e desempenho dos serviços e execuções deverão atender as especificações técnicas para a quais se destinam.

Consórcio

Não será admitida a participação de empresas em consórcio, considerando que a admissão ou veto de formação de consórcio em certame licitatório é discricionário ao ente administrativo, a avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado, e em especial à necessidade de robustez técnica e financeira dos eventuais licitantes, uma vez que o objeto a ser licitado se trata da contratação de empresa especializada para a construção de uma unidade de saúde, a admissão de formação de consórcio oferece risco à administração pública municipal, em razão de possíveis que empresas sem a devida capacidade técnica necessária ou robustez financeira possam incorrer em imperícia ou atrasos na futura execução dos serviços.

Além disso, considerando que existem diversas empresas com a capacidade técnica e financeira para fornecer o objeto licitado deste Edital, a opção pela vedação da admissão de formação de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, mas reduzirá os riscos associados à execução do futuro contrato, atendendo, dessa forma, ao interesse público, sem que haja restrição à competitividade e à economicidade da contratação

5.3 Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

Com base nas características da necessidade apresentada e no enquadramento das atividades como obras e serviços de engenharia, foi possível chegar a duas soluções:

Solução 1: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a realização de serviços específicos conforme projetos e memoriais descritivos com fornecimento de mão de obra especializada, materiais e equipamentos necessários à execução embutidos dentro do preço proposto.

Solução 2: Execução deste serviço pela própria secretaria/setor, sendo necessário realizar a compra e/ou aluguel de equipamentos, contratação de mão de obra especializada e a compra dos insumos e material necessário à execução.

Análise das opções:

Solução 1: Seria a mais viável pois além de ser a menos onerosa, é a que possui menos intervenções da administração, com exceção da equipe que realizará a fiscalização, o que não comprometeria outros serviços, além de atendimento dentro do prazo desejado.

Solução 2: A execução deste serviço pela própria secretaria/setor, envolveria a necessidade de realizar as compras e/ou aluguel de todos os equipamentos, insumos e material necessário, contratação de mão de obra específica/especializada, não obedeceria ao princípio da eficiência, haja vista que seria necessário, vários procedimentos, o que atrasaria o início da prestação de serviços, bem como oneraria a administração, haja vista a necessidade de realizar-se a várias procedimentos para efetiva prestação dos

serviços.

5.4 Conclusão - Melhor Solução:

5.4.1 Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando que os elementos ponderados em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa especializada, devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente com acervo técnico (CAT) e atestado de capacidade técnica, bem como o responsável técnico para a obra como um todo, que prestem serviços de execução de obras e serviços de engenharia.

5.5 Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

5.5.1 Considerando os elementos ponderados em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa(s) especializada(s), devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente, que tenham executado obras de construção com alvenaria convencional e concreto armado.

5.6 Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

5.6.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

5.6.1 No caso, busca-se a melhoria no acolhimento provisório de mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos menores de dezoito anos e/ou incapazes, em situação de risco de morte ou ameaça em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. O Serviço é desenvolvido em **local sigiloso**, com funcionamento ininterrupto, onde é assegurado o sigilo quanto ao endereço e à identidade das usuárias.

5.7 Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:

5.7.1 Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria não possui em seu quadro servidores com experiência técnica e conhecimento acerca dos serviços a serem prestados, sendo necessário o suporte técnico da Secretaria de Infraestrutura Urbana para a fiscalização do objeto.

5.7.2 Ainda, recomendamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

5.8 Contratações correlatas e/ou interdependentes:

5.8.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

5.9 Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

5.9.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto a presente aquisição poderá acarretar em resíduos oriundos das embalagens dos itens adquiridos a qual a

CONTRATADA deverá observar a destinação adequada dos resíduos.

5.9.2 A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

6 – CONCLUSÃO - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO (OBRIGATÓRIO)

6.1 Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

6.1.1 Identificação de riscos - Probabilidade (P):

6.1.1.1 Desinteresse do mercado na contratação: não aparecerem interessados na Licitação - **Nível 2**

6.1.1.2 Falta de capacidade técnica suficiente para prestação dos serviços: Contratada não possuir a devida capacidade técnica para prestar o serviço - **Nível 1**

6.1.1.3 Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - **Nível 1**

6.1.1.4 Inexecução do serviço: Atraso ou prestação parcial ou não prestação dos serviços - **Nível 1**

6.1.1.5 Acidentes de trabalho/terceiros - **Nível 2**

	Probabilidade P	
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

6.1.2 Análise de riscos - Impacto (I):

6.1.2.1 Desinteresse do mercado na contratação: não aparecerem interessados na Licitação - **Nível 4**

Causa: falta de qualificação da equipe de planejamento da contratação / ausências de estudos preliminares / especificações incompletas ou insuficientes ou restritivas.

6.1.2.2 Falta de capacidade técnica suficiente para prestação dos serviços: Contratada não possuir a devida capacidade técnica para prestar o serviço - **Nível 3**

Causa: Falta de expertise da empresa Contratada. Consequência: não se atingir os objetivos propostos com a contratação, ou seja, a reforma do imóvel.

6.1.2.3 Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - em caso onde a obra não é realizada conforme o projeto, bem como não segue o estabelecido no contrato, tanto pela contratada quanto pela contratante - **Nível 3**

6.1.2.4 Inexecução do serviço: Atraso ou prestação parcial ou não prestação dos serviços - **Nível 3**

Causas: Falta de expertise, falta de equipe técnica suficiente por parte da empresa

Contratada. Consequência: não se atingir os objetivos propostos com a contratação.

6.1.2.5 Acidentes de Trabalho/terceiros - necessário que as equipes que forem realizar a obra façam o uso adequado dos equipamentos de segurança (EPIs). - **Nível 2**

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5

6.1.3 Avaliação de riscos - Probabilidade (P) * Impacto (I):

6.1.3.1 Desinteresse do mercado na contratação: não aparecerem interessados na Licitação - procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que o risco se classifica como **Alto**

6.1.3.2 Falta de capacidade técnica suficiente para prestação dos serviços: Contratada não possuir a devida capacidade técnica para prestar o serviço - procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que o risco se classifica como **Médio**

6.1.3.3 Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvida, constatamos que o risco se classifica como **Médio**

6.1.3.4 Inexecução do serviço: Atraso ou prestação parcial ou não prestação dos serviços - procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que o risco se classifica como **Médio**

6.1.3.5 Acidentes de trabalhos/terceiros - procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que o risco se classifica como **Médio**

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

6.1.4 Tratamento de riscos:

6.1.4.1 Desinteresse do mercado na contratação: não aparecerem interessados na Licitação:

Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de **Evitar o risco**, capacitando a equipe para construção do processo de compras de forma suficiente e completa, descrevendo de forma clara o objeto e que simultaneamente contemple uma pluralidade de interessados. Ampla pesquisa de mercado. Ampla divulgação do edital.

6.1.4.2 Falta de capacidade técnica suficiente para prestação dos serviços: Contratada não possuir a devida capacidade técnica para prestar o serviço

Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a

conduta de **Mitigar / transferir o risco**, exigindo comprovação da capacidade técnica da Contratada, bem como de seu corpo técnico. Verificar a regularidade fiscal e demais documentação correlata para prestação dos serviços.

6.1.4.3 Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvida

Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de **Evitar o risco**, mantendo a comprovação da capacidade técnica da contratada, e assegurando a remuneração da contratada dentro dos prazos estabelecidos em contrato

6.1.4.4 Inexecução do serviço: Atraso ou prestação parcial ou não prestação dos serviços

Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de **Mitigar / transferir o risco**, exigindo comprovação da capacidade técnica da contratada, bem como de seu corpo técnico.

6.1.4.5 Acidentes de trabalhos/terceiros

Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de **Mitigar / transferir o risco**, exigindo que as equipes que forem realizar a obra façam o uso adequado dos equipamentos de segurança (EPIs).

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

6.2 Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.		X	
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

6.3 Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, a saber: Contratação de empresa para a execução de reforma do imóvel para abrigar a nova sede da Casa Abrigo Viva Rosa, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

Com a presente contratação, busca-se a melhoria no acolhimento provisório de mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos menores de dezoito anos e/ou incapazes, em situação de risco de morte

ou ameaça em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. O Serviço é desenvolvido em **local sigiloso**, com funcionamento ininterrupto, onde é assegurado o sigilo quanto ao endereço e à identidade das usuárias.

7 - Anexo - Checklist do Estudo Técnico Preliminar

N.º	Requisitos	Sim	Não	Não se aplica	Observações
1*	Consta no ETP a descrição clara e objetiva, devidamente fundamentada da necessidade da contratação	X			
2	A contratação foi indicada no Documento de Formalização de Demanda	X			
3	Descrição dos requisitos da contratação	X			
3.1	Foi analisado o critério de sustentabilidade	X			
3.2	Foi analisada a necessidade de garantia, treinamento e instalação	X			
3.3	Foi analisada a indicação dos padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração	X			
4	Levantamento de mercado, com a justificativa técnica e econômica	X			A solução técnica adotada leva em conta as necessidades, os materiais disponíveis no mercado e técnicas construtivas usuais, resultando em economicidade, facilidade de contratação e aproveitamento da mão de obra já qualificada.
4.1	Foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como a iniciativa privada?			X	
4.2	Foi realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições			X	
4.3	Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, foram avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular			X	
4.4	Foram consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.			X	
5	Consta no ETP a descrição da solução como um todo, contemplando os requisitos da contratação, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.	X			
6*	Consta no ETP estimativas das quantidades para a contratação, e os documentos que lhes dão suporte.	X			
6.1	Foi realizado levantamento das quantidades necessárias juntos às Unidades com vistas a não ocorrer demanda não atendida dentro do planejamento.	X			
7*	Consta no ETP estimativa prévia do valor da contratação, acompanhada dos documentos que lhe dão suporte, podendo ser utilizado como parâmetro o valor das contratações anteriores acrescido/decrecido de percentual considerado pela requisitante como possível acréscimo/decrécimo da demanda.	X			
8*	Consta no ETP justificativas para o parcelamento ou não da solução.	X			
9	Foram consideradas as contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação.	X			
10	A contratação está prevista no plano de contratações anual, ou, se for o caso, justificativa da ausência de previsão.	X			DFD 0016411338 SAS.UAF

10.1	Há previsão de custeio da contratação com recursos da União.			X	
10.2	A contratação será obra ou serviço de engenharia.	X			
10.3	Em caso de a contratação ser eventualmente custeada com recursos da União, consta ressalva clara no ETP acerca da impossibilidade de cotação com fornecedores, nos termos do artigo 23, §2º da Lei 14.133/2021.			X	
11	Consta no ETP o demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.	X			
12	Consta no ETP as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.	X			
13	Consta no ETP a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.	X			
14*	Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, observando eventual risco da contratação para a Administração.	X			
14.1	Foram analisados os riscos de comprometimento da boa execução contratual, aferindo-se e sanando-se no ETP, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento levando em consideração: a) o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas; b) contratações anteriores com objeto semelhante.	X			
14.2	Trata-se de contratação que, independentemente do valor, envolve complexidade, singularidade, ou se refere a um modelo de contratação não realizado anteriormente, mas com possibilidade de risco moderado/médio ou superior de dano ao erário. Em caso positivo, consta no ETP ressalva sobre elaboração do Mapa de Riscos para a contratação?		X		



Documento assinado eletronicamente por **Joao Carlos Voos, Coordenador(a)**, em 24/01/2024, às 11:43, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Marino Pelegrini Neto, Gerente**, em 24/01/2024, às 11:54, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Valquiria Viviani Rodrigues Backes Forst, Diretor (a) Executivo (a)**, em 24/01/2024, às 12:47, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Ramos da Cruz Cardoso, Secretário (a)**, em 29/01/2024, às 17:18, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0017623273** e o código CRC **02962D1A**.

Rua Dr. João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

23.0.177966-6

0017623273v34